

Quando “outros” novos personagens entram em cena: o modelo de gestão da social-democracia cearense*

Linda M. Gondim**

Sumário: 1. Introdução; 2. Antecedentes: entram em cena os jovens empresários cearenses; 3. Novo modelo de gestão, novas formas de fazer política; 4. Reformas financeira, fiscal e administrativa; 5. Alguns aspectos da atuação dos governos social-democratas nas áreas de educação e de saúde; 6. O modelo de gestão da social-democracia cearense: em busca de uma interpretação política (à guisa de conclusão).

Palavras-chave: mudança política; social-democracia cearense.

Caracterização do novo modelo de gestão da política cearense (a partir de 1986). Padrão de relacionamento com a sociedade civil. Atuação governamental nas áreas administrativa e social.

When “other” new characters come into play: the model of gestion in the social democracy in Ceará

This study particularizes the new model of gestion brought about in the political scenario of Ceará by the group that came into power in 1986, with governor-elected Tasso Jereissat and that continued with his successor Ciro Gomes, elected in 1990. Two outstanding aspects of this group’s political and administrative project — strongly supported by “young businessmen” — are here stressed: the pattern of relationship established with the civil society and the governmental action in administrative and social areas, the latter configured in educational and health policies.

We will find out that the patrimonial pattern has effectively been outmatched and that a modernization of the managerial machinery was indeed attained. However, relations between the State and civil society have also been marked by authoritarianism, as a result of the strategy presenting the “project of change” as an expression of “universal” interests — the fight against clientelism and poverty.

1. Introdução

Nas eleições de 1986, no rescaldo de euforia pelo Plano Cruzado, foram conduzidos aos governos dos três principais estados nordestinos candidatos comprometidos com a superação de práticas políticas clientelistas e de gestão patrimonialista: Valdir Pires, na Bahia; Miguel Arraes, em Pernambuco; e Tasso Jereissati, no Ceará. Contudo, apenas neste último estado consolidou-se o domínio político de um novo grupo, na medida em que Tasso conseguiu eleger seu sucessor e garantir a supremacia de um partido político também novo, o PSDB, ao qual se filiara em janeiro de 1990.

O objetivo deste trabalho é identificar os traços fundamentais do novo modelo de gestão proposto por esse grupo, discutindo seu significado em termos de transformações

* Este texto baseia-se em trabalho previamente elaborado pela autora como parte do relatório da pesquisa *Novas elites, Estado e desenvolvimento — o caso do Ceará*, realizada sob responsabilidade do Instituto de Estudos da Cidadania (Idec). O título alude à obra de Eder Sader (*Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988) sobre movimentos sociais urbanos.

** Professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC). PhD em Planejamento Urbano e Regional pela Cornell University, EUA. (Endereço: Av. Imperador, 1.772, aptº 1.204 — Bloco A — 60015-052, Fortaleza, CE.)

não só na máquina administrativa, mas também no que se refere às relações entre o Estado e a sociedade civil.

Na primeira parte, faz-se uma rápida análise do processo de ascensão política dos “jovens empresários”, personagens que constituíram o núcleo fundador do grupo. Em seguida, aborda-se o padrão de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, introduzido pelos governos social-democratas no Ceará.

Não caberia, nos limites deste trabalho, proceder à avaliação global das administrações social-democratas no Ceará, nem avaliar políticas públicas específicas levadas a efeito pelas mesmas. Foram selecionados para análise apenas alguns aspectos considerados estratégicos em ambas as administrações, seja por sua centralidade no discurso das novas elites, seja por sua relevância do ponto de vista de um projeto que se diz social-democrata. Assim, foram abordadas, na terceira seção, as reformas fiscal, financeira e administrativa, já que são apresentadas como o cerne do “projeto mundialista”, na própria *Plataforma de governo de Tasso Jereissati*.¹

Ao lado das reformas mais “internas” à máquina governamental, os setores de educação e saúde, juntamente com a “busca de oportunidades de trabalho para todos” foram considerados “metas prioritárias” do governo Tasso Jereissati.² Por esse motivo, julgou-se pertinente incluí-las como elemento-chave para uma caracterização do novo modelo de gestão, o que é feito na quarta seção.

Finalmente, na última seção do trabalho, busca-se situar tal modelo num quadro político mais amplo, destacando-se seus elementos populistas e suas limitações como proposta de universalizar os direitos de cidadania.

2. Antecedentes: entram em cena os jovens empresários cearenses

Na segunda metade da década de 70, a crise econômica e as pressões de diferentes setores da sociedade civil colocaram em xeque o Estado autoritário. Com o esgotamento do “milagre” econômico e o início da liberalização do regime, no final dos anos 70, a forte presença estatal estimularia a emergência de novos atores na cena política: os movimentos sociais urbanos e rurais, que se intensificariam na primeira metade da década de 80. Tais movimentos foram fruto tanto de transformações estruturais — mudanças nas relações de trabalho no campo, urbanização e metropolização aceleradas, crise econômica, pauperização etc. — quanto de mudanças na cultura política, com destaque para a formação de uma ideologia calcada na busca dos direitos de cidadania e numa visão do Estado como “inimigo”.³

Outro setor mobilizado contra o regime militar era o dos empresários, que se manifestavam contra a intervenção excessiva do Estado e a favor da volta ao regime democrático. Nesse sentido vale mencionar o Manifesto dos Oito, documento assinado

¹ *Plataforma de governo de Tasso Jereissati*. s. d., p. 8.

² Com relação à meta de aumentar as oportunidades de trabalho, que não será abordada aqui, ver o artigo de José Meneleu Neto, Política de emprego e evolução do mercado de trabalho em Fortaleza. 1986-1993. (Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público no Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Caen/UFC, 1993.)

³ Durham, Eunice. Movimentos sociais, a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo (10), out. 1984.

por empresários eleitos pelo Fórum Gazeta Mercantil como os mais representativos do país e publicado na *Folha de S. Paulo*, em 27-6-1978.⁴

No Ceará, os empresários “progressistas” reuniram-se no Centro Industrial Cearense (CIC), entidade existente desde 1919 e que permanecera atrelada à conservadora Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) até 1978.⁵ Até então, era praxe que o presidente da Fiec assumisse também a presidência do CIC. Essa tradição foi alterada por iniciativa do empresário José Flávio Costa Lima, presidente da Fiec, que, apesar de ter assinado documento ao presidente Figueiredo, alertando para o perigo da “abertura”, reconheceu a necessidade de ceder espaço aos jovens empresários progressistas, abrindo mão da presidência do CIC. Esta foi então ocupada sucessivamente por Beni Veras, Amâncio Macedo (1980/81), Tasso Jereissati (1982/83), Sérgio Machado (1984/85), Assis Machado e Cândido Quinderé (1986/87), Fernando Cirino Gurgel (1988/89), Lauro Fiúza Jr. (1990/91) e Fred Saboya (1992/93).

Esses “jovens empresários” tinham, em geral, idade inferior a 40 anos, formação universitária e haviam assumido a direção das empresas de suas respectivas famílias. Sob sua liderança, o CIC transformou-se em importante fórum de debates, trazendo a Fortaleza nomes como José Mindlin e Cláudio Bardela, do Grupo dos Oito, e os economistas Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado; e também organizando eventos de grande repercussão, como o seminário O Nordeste no Brasil: Avaliação e Perspectivas, em 1981, e o encontro com os governadores do Nordeste eleitos em 1982.⁶

A entrada do grupo na política eleitoral não se deu por acaso, nem subitamente. Já nas eleições de 1982 o CIC apoiou a candidatura de Luiz Gonzaga Mota, o Totó, secretário de Planejamento do governo Virgílio Távora. Ainda que apoiada pelos três “coronéis” que até então dominavam a política cearense — além de Virgílio Távora, Aduino Bezerra e César Cals —,⁷ a candidatura desse economista do Banco do Nordeste já sinalizava as condições para o início de um processo de mudanças, na medida em que expressava o reconhecimento de que, sozinho, nenhum dos três “coronéis” teria condições de eleger o novo governador. Com efeito, foi necessário unir as três forças políticas oligárquicas do Ceará num pacto sacramentado pelo presidente João Figueiredo em abril de 1982.

A administração de Gonzaga Mota já se iniciou sob a égide do clientelismo, tendo ele assumido o compromisso de “lotear” cargos e verbas, com 33% para cada um dos coronéis que o haviam apoiado.⁸ Essa política neopatrimonialista⁹ foi denunciada com veemência pela esquerda, que conseguiu, em 1985, eleger a candidata do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de Fortaleza. Maria Luiza Fontenele, porém, não logrou êxito em sua proposta

⁴ Parente, Francisco Josénio C. *Projetando a hegemonia burguesa: organização e expansão política dos industriais cearenses*. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 20/21 (1/2): 223, 1989/90.

⁵ Sobre a história do CIC, ver Martin, Isabela. *Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1978-1986)*. Fortaleza, Secretaria da Cultura e do Desporto do Estado do Ceará, 1993.

⁶ Idem.

⁷ Vale salientar que os três eram coronéis do Exército. Sua dominação, apesar de fortemente apoiada em práticas clientelistas, não deve ser confundida com o sistema coronelista, pois este implica uma sujeição econômica que não mais caracterizava o quadro sócio-político nordestino na década de 80. Ver, a respeito, Accioly de Carvalho, Rejane Maria V.A. *Voto rural e movimentos sociais no Ceará: sinais de ruptura nas formas tradicionais de dominação?* Fortaleza, Neps, 1990. mimeog.; Barreira, César. *Trilhas e atalhos do poder*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

⁸ Parente, Francisco Josénio C. *Op. cit.*, p. 243.

⁹ Schwartzman, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

de “novo”, que se desgastou cada vez mais pelas acusações de inépcia administrativa. As acusações partiam não só das elites e das classes médias, mas dos próprios movimentos sociais, onde, supostamente, deveriam estar as bases de sustentação da “administração popular”.¹⁰

O “grupo das mudanças”, ao apresentar a candidatura de Tasso Jereissati ao governo do Estado em 1986, numa coligação partidária integrada pelo PMDB, pelo PDC e por setores da esquerda como o PC e o PC do B, mostrou-se uma alternativa tanto ao clientelismo e à corrupção dos “coronéis”, como à inoperância da “esquerda petista”. As palavras-chave no discurso de Tasso Jereissati são “mudança”, “miséria” e “clientelismo”, numa articulação onde se enfatiza a eliminação deste último como a grande novidade que se faz necessária não apenas como um fim moralizador em si mesmo, mas como meio de acabar com a “pobreza absoluta”:

“O acordo de Brasília quando dividiu o estado em três partes, cabendo 33% para cada coronel, agravou o quadro de miséria do estado. E só podemos mudar alguma coisa a partir da mudança das estruturas administrativas e políticas. Para isso, precisa também mudar a mentalidade que se estabeleceu nos últimos 25 anos por causa da ditadura, da falta de reflexão e de liberdade de imprensa, entre outros fatores: a do clientelismo, do ‘favor’.”¹¹

Surpreendentemente, Tasso Jereissati derrotou Adauto Bezerra não só em Fortaleza como nos municípios do interior.¹² A vitória da coligação liderada pelo PMDB foi esmagadora, logrando eleger não só o governador, com 53,3% dos votos válidos, mas também dois senadores, 12 deputados federais e 24 deputados estaduais, enquanto a coligação PDS/PFL/PTB conseguiu eleger apenas nove deputados federais e 18 estaduais.¹³

3. Novo modelo de gestão, novas formas de fazer política

O modelo de gestão iniciado por Tasso Jereissati caracteriza-se por uma proposta de modernização política que configura um novo paradigma nas relações entre Estado, economia e sociedade. Assim, ao contrário do neopatrimonialismo até então vigente, esse novo paradigma demarca um setor público gerido por princípios universalistas, configurando um modelo legal de dominação com o seu correlato modelo burocrático de administração:¹⁴ buscam-se o equilíbrio orçamentário, a eficiência da “máquina administrativa” e a probidade no trato com a coisa pública.

Apesar de partilhar com o neoliberalismo a preocupação com a austeridade financeira e fiscal, os governos de Tasso Jereissati e de Ciro Gomes não se caracterizam como neoliberais, já que se alicerçam numa forte relação entre Estado e economia, propondo um modelo de desenvolvimento onde o setor público atua como indutor de investimentos.¹⁵

¹⁰ Barreira, Irllys A. F. Sob o signo da contramão — a esquerda e o feminino na experiência da administração municipal. Fortaleza, 1992 (Cadernos do Neps, 22).

¹¹ Conferência de Tasso Jereissati na Escola Técnica do Ceará em 5-9-1986. Apud. Mota, Aroldo. *História política do Ceará — 1987-1990*. Fortaleza, Multigraf, 1992. p. 31.

¹² Nas eleições de 1982, o PMDB obtivera apenas 13,1% dos votos para governador, mas em Fortaleza o percentual obtido pelo partido opositor foi de 58,4 (Accioly de Carvalho, R. M. V. A. Op. cit., p. 84).

¹³ Id. *ibid.*, p. 85.

¹⁴ Bendix, Reinhard. *Max Weber: um perfil intelectual*. Brasília, Universidade de Brasília, 1986.

¹⁵ Amaral Filho, Jair. Dívidas estaduais, reformas e ajustes do Estado e emergência de um novo regime de

A constituição de uma esfera pública burguesa no Ceará terá como um de seus elementos-chave a eliminação dos políticos profissionais como intermediários, sobretudo na gestão Tasso Jereissati. A própria ascensão ao poder, calcada no discurso empresarial da eficiência, constitui o cerne da novidade trazida à cena política do Ceará pelos “jovens empresários”. Como nota Francisco de Oliveira:

“Que os empresários sempre fazem política isto é óbvio ululante, uma espécie de axioma nelson-rodriguiano. Mas não a fazem pelo meio de empresa, mas pelos meios e com as formas da política (...) A novidade consiste em empresários que querem fazer política enquanto empresários, e imprimem à política as características da atividade empresarial, segundo a ideologia weberiana (...).”¹⁶

Assim, no governo Tasso Jereissati, pode-se dizer que a busca da eficiência foi elevada à condição de um fim em si mesmo. A política de austeridade foi conduzida sem a preocupação de buscar alianças e apoios na classe política ou em outros setores da sociedade civil. Segundo um observador:

“O estilo de governar era imperial: recebia poucas pessoas, esnobava solenidades; trabalhava à noite; não aceitava convites para festas, casamentos; não lia jornais; não respondia às críticas; olhava a sociedade por cima dos ombros; não despachava com os secretários.”¹⁷

A imagem de isolamento e prepotência é consolidada pelos inúmeros conflitos entre o governador e os mais diversos segmentos da sociedade. Em primeiro lugar, os políticos, que reclamavam da falta de acesso ao governador: já em novembro de 1987, sete deputados do PMDB rompem abertamente com o governo e ocorre a crise com a imprensa, devido à demissão de jornalistas e ao não-pagamento de dívidas contraídas pela administração anterior com proprietários de jornais, rádios e estações de TV. Além disso, Tasso Jereissati rompe com o PC do B, desentende-se politicamente com ministros de Estado, com o presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade, com os promotores, com os professores... O nível de conflito fica bem caracterizado neste depoimento de Ciro Gomes, então líder do governo na Assembléia:

“Houve uma ocasião em que passei 65 dias sendo vaiado, todos os dias, pelo mero fato de entrar na Assembléia. Não precisava falar nada, a vaia acontecia (...). Passamos três anos sem ler os jornais do Estado, tivemos que deixar de ir aos bares, aos restaurantes (...).”¹⁸

A reação do grupo no poder também fica caracterizada pelo tom beligerante, como nesta declaração de Tasso Jereissati:

“Perdemos apoio político, mas de políticos sem-vergonha que sempre mamaram nas tetas do governo. Perdemos parte da imprensa que mamava no governo. Eles que vão para o inferno, que não nos preocupamos com essas perdas.”¹⁹

Numa possível estratégia para sair do isolamento, que começava a ameaçar a sobrevivência política do grupo, em 1988 — ano de eleições para a prefeitura de Fortaleza —

acumulação no Ceará. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Caen/UFC, 1993.

¹⁶ Oliveira, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 2.

¹⁷ Mota, Aroldo. Op. cit., p. 110.

¹⁸ Instituto de Estudos da Cidadania (IdeC). Transcrição das apresentações e debates ocorridos no Seminário Crise e Crescimento. Recife, 1992.

¹⁹ Apud Mota, Aroldo. Op. cit., p. 110.

o governo concebe uma forma de controle dos movimentos sociais através do programa de formação de “agentes de mudanças”, pelo qual lideranças comunitárias eram treinadas e remuneradas para atuar sob a orientação de órgãos oficiais.²⁰

Tendo que enfrentar a oposição de pessoas e grupos que inicialmente apoiaram o “movimento pró-mudanças” e agora formavam um movimento “anti-Cambeba”,²¹ Tasso Jereissati lança Ciro Gomes candidato a prefeito de Fortaleza, logrando vitória por pequena margem de votos. Entretanto, na campanha para governador em 1990, a situação seria outra: mesmo enfrentando concorrentes à direita (coligação PFL, PDS e PMDB) e à esquerda (coligação PT, PSB, PCB e PC do B), Ciro Gomes vence já no primeiro turno. Diga-se de passagem que tanto Tasso como Ciro sempre obtiveram elevados índices de aprovação nas pesquisas de opinião pública.

Um ponto crucial de distinção entre as administrações Tasso Jereissati e Ciro Gomes é que este, ao contrário do primeiro, conta com maioria parlamentar: dos 46 deputados, 32 apoiavam o governo em 1992. Destes, 22 foram eleitos pela coligação PSDB, PDT e PDC, a mesma que elegeu o governador em 1990. Em consequência, “a administração Ciro Gomes tem sido alvo de poucas críticas na Assembléia Legislativa”.²²

Contudo, no início do mandato de Ciro parecia que a “guerra” característica do período Tasso Jereissati iria continuar; o novo governador polemiza com a imprensa, com os médicos, com os professores, com os juizes do Tribunal Regional do Trabalho... Ciro parece reproduzir o estilo prepotente de seu antecessor; no dizer da jornalista Adisia Sá, “Ciro Gomes irrita-se com todos e com tudo, porque olha por cima e nivela por baixo”.²³ Causa grande repercussão, inclusive em nível nacional, sua declaração em Washington sobre a classe política:

“O Brasil, entendido como coletividade, como bem comum, não existe para a classe política. O que move os nossos políticos é o interesse pessoal, regional, e o casuismo. Sinceramente, o que sinto em relação aos políticos hoje é nojo.”²⁴

E, no entanto, Ciro Gomes é um político: ao contrário de Jereissati, um empresário que nunca ocupara cargo eletivo, seu sucessor é advogado e professor, filho de um ex-prefeito de Sobral (cidade do interior do Ceará), e entrou na política em 1982, elegendo-se suplente de deputado pelo PDS. Mas trata-se de um político *sui generis*, perito no uso da mídia, com visual e idéias modernas. Capaz de articular o discurso da eficiência empresarial a uma imagem personalizada de realizador.²⁵

Apesar das diferenças entre Tasso e Ciro, sobretudo no que diz respeito ao estilo mais carismático deste último, é possível identificar uma continuidade entre suas respectivas gestões. Isso, por sua vez, permite a identificação de um único projeto político-administrativo, alicerçado nas reformas descritas a seguir.

²⁰ Mota, Aroldo. Op. cit., p. 112; Barreira, Maria Socorro C. Intervenção planejada e o discurso da participação. In: Braga, Elza M. F. & Barreira, Irlays A. F. *A política da escassez*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha/Stylus, 1991. p. 77-109.

²¹ Nome do palácio do governo.

²² *Didrio do Nordeste*, 15-3-1992. p. 3.

²³ *O Povo*, 18-3-1992. p. 6A.

²⁴ *Jornal do Brasil*, 14-12-1992. p. 6.

²⁵ Para uma análise mais detalhada desses aspectos, ver Diógenes, Glória M. S. Ciro Gomes: percursos de uma imagem. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público no Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Ceará/UFC, 1993.

4. Reformas financeira, fiscal e administrativa

O primeiro passo do “governo das mudanças” foi promover o saneamento das finanças estaduais, que se encontravam em situação lastimável: as receitas correntes só eram suficientes para pagar 70% da folha de pessoal; os salários dos funcionários estavam atrasados há três meses; os juizes e a polícia estavam em greve por aumento salarial; o banco estadual estava sob intervenção federal.²⁶

Entre as providências tomadas para superar esses problemas, destacam-se, além do saneamento do Banco do Estado do Ceará:

— implantação do Sistema Integrado de Contabilidade, o qual permite o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e contábil de todos os órgãos da administração estadual, inclusive o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, fundos, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista;

— reforma na Fazenda Pública, incluindo informatização, reestruturação organizacional e funcional, rodízio de fiscalização, capacitação de pessoal e reformulação do aparato legal tributário;²⁷

— medidas no sentido de fortalecer as finanças públicas, seja aumentando as receitas, seja diminuindo as despesas. No primeiro caso, vale mencionar a racionalização do sistema de arrecadação, decorrente da reforma na Fazenda, já citada, e a adoção de preços “realistas” pelas companhias estatais responsáveis pelos serviços públicos. No que concerne às despesas, ressaltem-se os cortes nos gastos com pessoal, como será visto.

Com relação à reforma administrativa, logo nos primeiros dias do governo Tasso Jereissati foram baixados vários decretos moralizadores que, entre outras medidas, tornavam nulos os atos de nomeações, contratações, promoções e transferências praticados nos nove meses anteriores; eliminavam diversas gratificações; e exigiam o registro de presença diária para todos os servidores, excetuando-se apenas alguns cargos de chefia e outros casos previstos em lei.

Apesar da adoção dessas medidas de impacto, a estratégia global de reforma administrativa foi proceder a mudanças gradativas na estrutura governamental, tanto que a Lei de Reforma Administrativa só foi editada em maio de 1991, já no governo Ciro Gomes.

A reforma administrativa dos “governos das mudanças” seguiu a convencional receita de substituição, extinção e fusão de órgãos, aliada a cortes de pessoal. Nesse sentido, logo em abril de 1987 foram extintas três secretarias que cuidavam de atividades-meio (Comunicação Social, Assuntos da Casa Civil e Assuntos Municipais) e alteradas as secretarias de Agricultura e Abastecimento e de Obras e Serviços Públicos. A primeira passou a incluir a reforma agrária no seu campo de atuação, e a segunda passou a reunir as atividades de transporte, energia, comunicação e obras. Além disso, foram criadas as secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e da Ação Social.

²⁶ Idec. Op. cit.

²⁷ Botelho, Demartone C. Ajuste fiscal e reforma do Estado: o caso do estado do Ceará, 1987 a 1991. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Caen/UFC, 1993. p. 10-1.

Paralelamente, procedeu-se à revisão das estruturas básicas da administração direta estadual, chegando-se a uma estrutura-padrão para as atividades-fim (planejamento, administração e finanças).

Outras medidas de maior alcance foram objeto de demorados estudos e discussões — primeiro por parte de uma comissão de alto nível; em seguida por técnicos da Secretaria da Administração (Sead), que acharam por bem subdividir o projeto apresentado pela comissão em duas partes: uma relativa às diretrizes e bases da administração, outra relativa a mudanças na estrutura administrativa. Cada uma dessas partes veio a ser objeto de projeto de lei específico, sendo que a primeira foi aprovada em 1990, com modificações mínimas, enquanto que a segunda provocou um embate entre o governador Tasso e a Assembléia Legislativa, por envolver fusões e extinção de órgãos e, portanto, interesses mais fortes do que no caso das “diretrizes e bases”, que contemplam princípios de caráter mais geral. Além disso, as relações entre o Executivo e o Legislativo foram bastante conflituosas durante toda a gestão de Tasso Jereissati, como já foi visto.

Durante esse governo, realizaram-se as seguintes fusões:

“— fusão da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Ceará — Codagro e Ceará Pesca S/A — Cepesca, resultando no surgimento da Companhia Estadual de Desenvolvimento Agrário e de Pesca — Cedap;

— fusão do Departamento de Estradas de Rodagem — Daer com a Superintendência de Transportes Intermunicipais e Terminais Rodoviários do Ceará — Suterce, dando origem ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes — Dert;

— fusão da Fundação dos Serviços Sociais do Ceará — Funesce com a Fundação Programa de Assistência a Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza — Proafa, resultando na criação da Fundação de Ação Social — FAS.”²⁸

No governo Ciro Gomes foram extintas a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa), a Superintendência do Desenvolvimento do Ceará (Sudec), a Fundação de Saúde do Estado do Ceará (Funsec) e a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (Aumef), entre outros órgãos. Por outro lado, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento Urbano do Ceará (Sedurb). A Companhia de Desenvolvimento Industrial incorporou a Companhia Cearense de Mineração (Ceminas) e a Empresa Cearense do Turismo (Emcetur), passando a constituir a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turismo do Ceará (Coditur).

Um dos pontos-chave do processo de reforma administrativa foi a política de pessoal, tanto no que diz respeito à adoção de sistemas impessoais e moralizadores de controle do desempenho, como no que se refere à contenção de despesas. Aliás, esses dois aspectos estão interligados, já que as demissões de funcionários ilegalmente contratados, o corte de servidores “fantasmas” e a suspensão de contratos permitiram uma redução no número de contracheques emitidos, que passaram de cerca de 148 mil no final de 1986, para pouco mais de 120 mil, ainda no primeiro trimestre de 1987.²⁹

²⁸ Estado do Ceará/Secretaria da Administração (Sead). *Reforma administrativa — sistema de modernização administrativa*. Fortaleza, s. d., p. 4.

²⁹ Botelho, D. C. Op. cit., p. 16.

A julgar pela sistemática redução do valor real dos salários dos servidores públicos, a política de pessoal dos governos “mudancistas” pouco fez em termos de incentivos positivos para melhorar o desempenho da máquina estatal. Com efeito, Botelho assinala um declínio nos salários reais médios da ordem de -18,45% no período estudado (de 1987 a 1991). A compressão salarial, aliada ao corte no número de servidores (-11,36% no mesmo período), fez com que as despesas com pessoal fossem drasticamente reduzidas, a ponto de, em 1991, atingirem “a inédita marca de apenas 45,29% das receitas correntes líquidas”.³⁰

É fácil imaginar as conseqüências dessa situação em termos de perdas de quadros qualificados e de desmotivação profissional, não só em função das perdas salariais, mas também devido ao estilo autoritário dos governantes no trato com os órgãos representativos dos servidores públicos. Esses aspectos serão abordados adiante, com relação aos setores de educação e saúde.

No que diz respeito ao recrutamento de servidores, cumpre chamar atenção para um aspecto do modelo de racionalidade administrativa adotado. Se, por um lado, foram eliminados o nepotismo e o empreguismo típicos do regime neopatrimonialista, por outro lado verifica-se uma certa tendência à “terceirização” da administração pública, mediante utilização mais intensa de mão-de-obra sem vínculo empregatício, seja recorrendo aos serviços de consultoria externa e de locadoras de mão-de-obra, seja por meio da contratação de trabalhadores temporários. Tal tendência é idêntica à que se verifica no setor privado, sobretudo com relação às atividades-meio e às tarefas cotidianas. Como evidência de “terceirização” no setor público cearense, Botelho³¹ aponta a grande elevação das despesas de custeio relativas a “serviços de terceiros e encargos”, que passaram de CR\$10,9 bilhões em 1986 para CR\$25,8 bilhões em 1991 (valores calculados a preços de 1991).

Quanto aos trabalhadores temporários, Haguette³² menciona a existência de mais de mil professores contratados, sem direito a férias e a outras vantagens salariais. Na área de saúde, um dos programas mais bem-sucedidos do governo é desenvolvido por mais de 7 mil agentes de saúde, ou seja, não-profissionais que, após um breve treinamento, são contratados sem vínculo empregatício pelo Estado.

Na próxima seção, a análise de alguns aspectos centrais do desempenho dos governos Tasso e Ciro nas áreas de educação e de saúde fornecerá subsídios para que se identifiquem os impactos do novo padrão de gestão em termos de melhorias substantivas nas condições de vida da população.

5. Alguns aspectos da atuação dos governos social-democratas nas áreas de educação e de saúde

A reforma no modelo de gestão estatal empreendida por Tasso Jereissati e Ciro Gomes obteve êxitos indiscutíveis, reconhecidos inclusive por opositores como o empresário Edson Queiroz Filho (cunhado de Tasso Jereissati) e o vice-presidente do PT, sociólogo Juarez de Paula. Contudo, os críticos questionam ter havido melhoria da qualidade de vida no Ceará: este poderia até ser uma “ilha de seriedade”, como caracterizou o empresário

³⁰ Id. *ibid.*, p. 18.

³¹ Id. *ibid.*, p. 19.

³² Haguette, André. A educação nos governos social-democratas no Ceará. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Op. cit.

Amarílio Macedo em entrevista ao *Jornal do Brasil*, mas estaria longe de ser uma “ilha de propriedade”:

“[Tasso e Ciro] acertaram ao fazer o equilíbrio das finanças públicas, porque sem isso não tem crescimento econômico, mais emprego e redução da miséria. [Mas ...] isso não muda a concentração de renda e não traz desenvolvimento social, não melhora a qualidade dos serviços públicos em saúde e educação.”³³

Uma análise, ainda que superficial, do desempenho dos governos social-democratas nessas áreas indica que muito foi feito, mas com resultados insuficientes para reverter o quadro de intensa pobreza existente no Ceará.

Pode-se argumentar que não seria justo, nem realista, esperar tal reversão no decurso de apenas duas gestões, e sem a ocorrência de mudanças de natureza macroestrutural, as quais seriam muito mais da alçada do governo federal, responsável pelas políticas econômicas e de salários. É razoável, porém, esperar que governos auto-intitulados social-democratas implementem políticas públicas capazes de melhorar substancialmente as condições de vida da população, ainda que não eliminem diretamente a pobreza.

Nesse sentido, os referidos governos apresentam resultados bastante significativos na área de saúde. O que tem sido mais divulgado na mídia diz respeito a uma redução da ordem de 32% na taxa de mortalidade infantil, que caiu de 95:1.000 em 1987 para 65:1.000 em 1990. Tal resultado, que valeu a Ciro Gomes um prêmio do Unicef (o prêmio Maurice Paté, entregue em 26-4-1993), pode ser atribuído ao Programa **Viva Criança**, da Secretaria de Saúde do estado. Tal programa é implementado por pessoas das próprias comunidades, os agentes de saúde, já mencionados, após treinamento de 60 dias. Compreende seis ações básicas: imunização, estímulo ao aleitamento materno, tratamento das infecções respiratórias agudas, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, combate às diarreias e cuidados perinatais.³⁴

Com relação à imunização, o Ceará apresenta uma das maiores coberturas vacinais de crianças, ao lado de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O nível de aplicação de BCG subiu de 30% para 100% das crianças recém-nascidas; o da vacina triplice, de 40% para 76%; e o da Sabin, de 57% para 96%, no período de 1986 a 1992, podendo-se considerar erradicada a poliomielite.³⁵

A Sesa também realizou expressivo trabalho de reforma e reaparelhamento de hospitais e postos de saúde. Nesse ponto, o desempenho dos “governos mudancistas” é semelhante nos setores de saúde e de educação, no qual merece ser citado um amplo programa de recuperação e reforma de prédios escolares. Em ambos os setores, o governo investe na capacitação de recursos humanos e na modernização tecnológica (informatização e tele-ensino, no caso da educação).

Entretanto, cessam aí as semelhanças, pois na área de educação a social-democracia cearense não conseguiu modificar nenhum indicador de impacto na qualidade de vida da população. O índice de analfabetismo é de 44%³⁶ e a cobertura do ensino de 1º grau no Ceará é das mais baixas do país: 65%, enquanto a de toda a região Nordeste é de 72%, e

³³ Declaração de Juarez de Paula ao *Jornal do Brasil*, 22-3-1992. p. 3.

³⁴ Secretaria do Estado do Ceará (Sesa). Avanços da saúde no Estado do Ceará a partir de 1987. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Op. cit.

³⁵ Idem.

³⁶ Iplance. *Indicadores econômicos e sociais do Ceará: estimativa preliminar*. Fortaleza, 1993.

a do Brasil, 87%. Cerca de 200 mil crianças não freqüentam a escola, perfazendo um déficit que chega a 30% na zona rural e a 15% na zona urbana.³⁷ Quanto à qualidade do ensino, considerada em termos do rendimento cognitivo dos alunos, dados de diversas pesquisas evidenciam uma situação lastimável: para se ter uma idéia, basta dizer que “os alunos de 1º grau no Ceará dominam, em média, menos da metade dos conteúdos julgados mínimos e indispensáveis na série e disciplina que cursam”.³⁸ Os próprios governadores reconhecem as dificuldades, tendo Ciro Gomes declarado que “na área da educação é onde temos amargado as maiores decepções”.³⁹

Como explicar o fracasso da social-democracia cearense no setor de educação, em comparação com o seu êxito no setor de saúde?

Uma primeira explicação seria a descontinuidade administrativa, já que nos quatro anos do governo Tasso Jereissati sucederam-se três secretários de Educação. Mas também na direção da Sesa ocorreram mudanças, ainda que sem os traumas verificados na Seduc.⁴⁰ Além disso, Ciro Gomes tem mantido a mesma secretária de Educação desde o início do governo, e o desempenho do setor não melhorou significativamente. Uma hipótese que parece razoável é que na Seduc a política de cortes nos gastos com pessoal e o estilo autoritário de gestão praticado por Ciro e Tasso foram mais exacerbados do que na Sesa. Já no início do segundo ano da gestão Tasso Jereissati, as medidas de austeridade financeira levaram ao corte drástico de professores necessários para o funcionamento da rede estadual de ensino, conforme avaliação de Haguette.⁴¹ O “arrocho” salarial foi outro motivo de descontentamento, mas sua importância não deve ser superestimada, já que atingiu também os funcionários de outras áreas, inclusive da saúde. Além disso, o governo Ciro Gomes tem feito um esforço gradual para recompor os salários do magistério, que recebe 10% a mais que o restante do funcionalismo em cada reajuste trimestral. Evidentemente, num contexto altamente inflacionário, essa medida está longe de ser suficiente para reverter a situação. A insatisfação causada pelos baixos salários, porém, parece ser apenas um dos fatores que compõem o quadro geral de desmotivação do magistério. Outro fator, talvez mais relevante, é a atitude autoritária que tem caracterizado as duas gestões social-democratas e a sua estratégia de tentar modificar a educação sem a participação efetiva dos servidores públicos nas decisões.

Logo no primeiro ano da administração de Ciro Gomes, foi realizado o censo do magistério, com o objetivo de avaliar o nível dos professores. O censo, realizado em 6-7-1991, recebeu o apelido de “provão” e gerou muita polêmica, que aumentou ainda mais após a decisão do governador de reter os contracheques dos 1.500 professores que não justificaram sua ausência. A sede da 1ª Delegacia Regional de Ensino foi invadida por professores descontentes, que foram retirados pela polícia. Logo depois, a Justiça determinou a liberação dos contracheques retidos.

No início do ano seguinte, a atitude do governo evidenciou uma profunda dificuldade em aceitar o diálogo com os opositores, os quais, nestes e em outros episódios, são desqualificados em declarações bombásticas do governador: nos casos em questão, Ciro

³⁷ Haguette, A. Op. cit.

³⁸ Id. *ibid.*, p. 7-B.

³⁹ Idec. Op. cit., p. 33.

⁴⁰ O primeiro secretário de Saúde, Carlyle Lavour, afastou-se do cargo para candidatar-se a um cargo eletivo em 1988. Já o primeiro secretário de Educação, Paulo Elpideo, renunciou no mesmo ano em meio a uma crise decorrente de sua hesitação em cancelar as complementações de carga horária mensal que os professores estavam acostumados a receber. Ver a respeito, Mota, Aroldo. Op. cit.

⁴¹ Haguette, A. Op. cit.

Gomes associou a greve dos médicos a uma campanha de promoção da Unimed e fez a seguinte declaração sobre os professores:

“(...) cada passo que se dá, tentando melhorar os serviços de educação, vem um grupo de malucos que tem aí, brigando entre si, com liminares...”⁴²

Também no dia-a-dia da administração encontram-se evidências do modelo autoritário e de sua incapacidade de motivar os professores. A própria secretária de Educação, por exemplo, reconhece a não-participação dos mestres na concepção do programa de tele-ensino, evidenciada no “desconhecimento”:

“A resistência dos professores em aderir ao sistema é explicada por Maria Luiza [Chaves] como o pouco conhecimento que têm do tele-ensino. Quando eles o conhecem melhor, mudam de opinião, disse.”⁴³

Caberia indagar, então, por que o sistema não foi dado a conhecer com antecedência...

Sem dúvida, o autoritarismo atingiu também a área de saúde, como atesta a reação do governo à greve dos médicos e à opinião dos enfermeiros, contrária à estratégia de usar os “agentes de saúde” (por considerá-los despreparados tecnicamente):

“(...) não vamos atender a um sentimento facistóide de corporativismo. Não toco no assunto, não converso, não discuto, não negocio, nada.”⁴⁴

Contudo, a estratégia de recorrer aos agentes de saúde tornou as políticas governamentais na área menos dependentes da motivação dos funcionários públicos. Além disso, é provável que o setor se tenha beneficiado com o processo de descentralização decorrente da implantação do SUS no estado. Na educação, ao contrário, as ações têm sido dificultadas pela própria complexidade e pelo gigantismo da máquina estatal no setor, que congrega quase metade do funcionalismo estadual. A intervenção autoritária nessa “máquina emperrada” não conseguiu fazê-la funcionar. Como bem sintetizou Haguette:

“Um comportamento excessivamente autoritário e prepotente dos governos social-democratas para com os professores contribuiu, também, para rebaixar o nível de motivação dos trabalhadores na educação. O governo *Ciro Gomes* não foi capaz de perceber isto, no início, tentando revolucionar o ensino de cima para baixo, pela imposição, ao invés de seguir um caminho de colaboração, estímulo, motivação e satisfação na tarefa executada. Estabeleceu-se, então, uma política agressiva de insumos em um ambiente de descontentamento e desmotivação.”⁴⁵

6. O modelo de gestão da social-democracia cearense: em busca de uma interpretação política (à guisa de conclusão)

As mudanças estruturais ocorridas na economia e na sociedade nordestinas desde a década de 60 criaram condições necessárias — mas não suficientes — para a hegemonia de novas elites. Como já foi mencionado, somente no Ceará um novo grupo, com fortes vínculos com os setores modernos da economia, conseguiu se manter no poder. Como explicar esse fenômeno?

⁴² *O Povo*, 15-2-1992. p. 9A.

⁴³ *O Povo*, 3-1-1994.

⁴⁴ Entrevista de *Ciro Gomes* à revista *Playboy*, julho de 1992.

⁴⁵ Haguette, A. Op. cit., p. 14.

É tentador identificar no caso do Ceará elementos do populismo, sistema típico da política nos maiores centros urbanos brasileiros na década de 50. Nesse sentido, Parente⁴⁶ aponta a crise de hegemonia das elites tradicionais, lideradas pelos três “coronéis”, e a presença de novos atores políticos de esquerda, movimentos sociais e intelectuais que deram respaldo aos “jovens empresários” nas eleições de 1986.

Mas, diferentemente do populismo dos anos 50, a ideologia modernizante de Tasso e de Ciro tem forte conteúdo ético, enfatizando o repúdio não só à concepção em geral — tema, de resto, recorrente no discurso de todas as oposições — mas ao clientelismo em particular.

Se há algum traço da política brasileira pré-1964 na social-democracia cearense, seria muito mais o moralismo da UDN que a mobilização das massas do PTB. Vale lembrar que o populismo brasileiro foi acusado não só de “subversivo”, como também de “corrupto”. Por outro lado, o discurso anticlientelista de Tasso e Ciro não tem apenas uma conotação moralista, mas acentua também a importância de combater práticas arcaicas na administração pública como condição para sua eficiência, com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

Cabe aqui uma reflexão de ordem mais geral sobre o êxito, na política brasileira do discurso que prega a modernidade e a moralização da administração pública. A própria campanha de Collor apelou fortemente para esses valores, apresentando o candidato como “caçador de marajás”. Não se pode esquecer também o “mote” da eleição de Maria Luiza Fontenele para a Prefeitura de Fortaleza: “construir o novo com o povo”. É provável que a busca de novidade não seja apenas um modismo, mas atenda a transformações mais profundas, de corte estrutural. Atualizando uma citação de Weffort,⁴⁷ pode-se dizer que o país dos anos 80 e 90 “não poderia manter por muito tempo tradições ideológicas que deitam raízes no país agrário que engendra o movimento dos anos 30”.

É nesse contexto que os “jovens empresários” cearenses conseguem que o seu projeto político seja aceito como representativo dos interesses gerais da sociedade: moralizar a política, acabar com o atraso e com a miséria. Tal projeto, apesar de não negar seu caráter capitalista, permite uma camuflagem dos interesses antagônicos das diferentes classes sociais no processo de desenvolvimento capitalista. As partes conflitantes seriam não os trabalhadores e a burguesia, mas “o povo”, tendo como porta-voz os “jovens empresários” *versus* um grupo que encarna os “males universais” de uma determinada ordem social: no caso do Ceará, os “coronéis”. Vale ressaltar que a forte presença de um Estado patrimonialista e de uma massa de trabalhadores ocupados no setor de serviços ou como autônomos, muitas vezes em atividades não-capitalistas, torna difícil a emergência da luta de classes, como mostrou Francisco de Oliveira⁴⁸ para o caso da Bahia.

Nessas condições e dadas as características de “universalismo” já apontadas, pode-se caracterizar a experiência cearense como um tipo de populismo, no sentido que Laclau⁴⁹ empresta ao termo: para esse autor, não se trata de um movimento *acima* das classes; pelo contrário, ele se caracterizaria justamente pela articulação que uma determinada classe

⁴⁶ Parente, Francisco José C. *A crise de hegemonia do coronelismo: modernidade e política tradicional rediscutidas a partir do Ceará*. São Paulo, 1993. Projeto de pesquisa, mimeog.

⁴⁷ Weffort, Francisco. *Por que democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 13.

⁴⁸ Oliveira, Francisco de. Op. cit.

⁴⁹ Laclau, Ernesto. Para uma teoria do populismo. In: *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

consegue fazer entre o seu projeto político e as “interpelações popular-democráticas”, ou seja, pela sua capacidade de mobilizar as massas contra o *status quo*, mas não no sentido de uma luta contra a classe dominante, e sim contra o Estado.⁵⁰ Seria esse o ponto comum que permitiria classificar como populistas movimentos tão dispares quanto o maoísmo, o nazismo, o peronismo, o trabalhismo brasileiro e a “social-democracia” cearense.

No populismo de esquerda, o antagonismo entre “o povo” e o Estado é levado ao extremo, como no caso do maoísmo. No populismo conservador, esse antagonismo é neutralizado: a modernização do Estado e o fim do clientelismo, ao lado do combate à miséria, são apresentados como interesses essenciais “do povo”.

Como nota Gunn,⁵¹ a centralidade dos temas clientelismo/miséria no discurso do novo grupo político no Ceará orienta a identificação dos inimigos do projeto:

“Numa fase original a escolha dos agentes maléficis recai sobre as oligarquias, responsáveis pela decadência econômica do estado e pela falta de modernidade na política. O uso do discurso ‘anticoronelista’ encaminha esta condenação. Posteriormente, com a incorporação partidária do projeto e a inclusão da liderança de Ciro Gomes, a mesma centralidade permite a escolha de um novo inimigo eleito — ‘a pequena burguesia urbana’, condenável como recipiente das práticas populistas do clientelismo empreguista e responsável pelos males do corporativismo.”

A pretensão ao universalismo explica, em boa medida — estilos pessoais à parte — a postura autoritária da nova elite cearense: qualquer crítica pode facilmente ser rotulada como expressão do “atraso”, venha ela da direita ou da esquerda, de funcionários públicos ou de empresários, da imprensa ou do Poder Judiciário.

Não se quer, com essa crítica, minimizar o alcance das mudanças ocorridas na política cearense com a ascensão ao poder dos “jovens empresários”. Pelo contrário, considera-se que o modelo de gestão implementado por Tasso e por Ciro constitui, de fato, um passo irreversível para a superação do clientelismo patrimonialista e, portanto, para a criação de condições necessárias ao exercício dos direitos de cidadania.⁵²

Note-se que o modelo de desenvolvimento capitalista perseguido busca a “conversão de um Estado interventor, de natureza oligárquica e utilitarista, para um Estado interventor de natureza burguesa, ou seja, com uma essência urbana, mercantil e universalista”.⁵³ Mas tal modelo, precisamente por ser capitalista e por implementar-se num contexto de desmobilização política dos trabalhadores e dos movimentos sociais, não perde seu caráter excludente. Assim, a grande maioria da população economicamente ativa (67,1%) em 1990 continuava a auferir rendimentos iguais ou inferiores a dois salários mínimos; o índice de analfabetismo mantinha-se em 44%; e apesar da impressionante redução da mortalidade infantil, esta ainda se mantém num patamar elevado (65:100, em 1990). Reverter esse quadro requer bem mais do que racionalidade administrativa e dinamização da economia. Políticas sociais são estratégicas, pois podem contribuir para melhorar as condições de vida, mesmo sem aumentar a renda da população. É isso o que a social-de-

⁵⁰ Nos movimentos sociais ocorridos no Brasil entre o final da década de 70 e meados da década de 80 também estaria presente um elemento de populismo, na medida em que o Estado era considerado “o inimigo”. (Durham, E. Op. cit.)

⁵¹ Gunn, Philip. *O enigma cearense de sucesso: o (P)rojeto (T)ucano dos empresários*. São Paulo, 1993. p. 25. mimeog.

⁵² Gondim, Linda M. A moral e a política dos outros: algumas reflexões sobre cidadania e corrupção no Brasil. Fortaleza, Neps/UFC, 1994 (Cadernos de Ciências Sociais, 25).

⁵³ Amaral Filho, Jair. Op. cit., p. 13.

mocracia cearense tem feito de melhor, na área de saúde. Infelizmente, na área de educação os “governos das mudanças” não demonstram a mesma “eficiência”. De qualquer forma, parece que no Ceará a burguesia conseguiu formular um projeto de dominação baseada numa racionalidade burocrática e apresentá-lo como representante dos interesses gerais da sociedade.

Os dados estão lançados, mas a partida ainda não está ganha. Os “coronéis” foram silenciados, mas um novo grupo, liderado pelo médico Juraci Magalhães (antigo político do MDB) e aglutinado no PMDB, despontou como forte ameaça eleitoral ao grupo dos “jovens empresários”, tendo inclusive derrotado o candidato tucano nas eleições para prefeito de Fortaleza, em 1992. Embora apresentado na mídia como baluarte das “forças do atraso” e acusado de práticas de corrupção, o novo grupo também proclama a eficiência como palavra de ordem. Será realmente uma ameaça à hegemonia burguesa, ou sua possível continuação, através de novas *personas*?

Referências bibliográficas

Accioly de Carvalho, Rejane Maria V. A. *Voto rural e movimentos sociais no Ceará: sinais de ruptura nas formas tradicionais de dominação?* Fortaleza, Neps, 1990. mimeog.

Amaral Filho, Jair. Dívidas estaduais, reformas e ajustes do Estado e emergência de um novo regime de acumulação no Ceará. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Caen/UFC, 1993.

Barreira, César et alii. *Novos modos de pensar e fazer a política: modernidade política e exclusão social nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes*. Fortaleza, 1993. Projeto de pesquisa, mimeog.

Barreira, Irllys A. F. Sob o signo da contramão — a esquerda e o feminino na experiência da administração municipal. Fortaleza, 1992 (Cadernos do Neps, 22).

Barreira, Maria Socorro C. Intervenção planejada e o discurso da participação. In: Braga, Elza M. F. & Barreira, Irllys A. F. *A política da escassez*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha/Stylus, 1991. p. 77-109.

Bendix, Reinhard. *Max Weber: um perfil intelectual*. Brasília, Universidade de Brasília, 1986.

Botelho, Demartone C. Ajuste fiscal e reforma do Estado: o caso do estado do Ceará, 1987 a 1991. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Caen/UFC, 1993.

Diógenes, Gloria M. S. Ciro Gomes: percursos de uma imagem. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público no Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Caen/UFC, 1993.

Durham, Eunice. Movimentos sociais, a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo (10), out. 1984.

Estado do Ceará/Secretaria da Administração (Sead). *Reforma administrativa — sistema de modernização administrativa*. Fortaleza, s. d.

Gondim, Linda M. A moral e a política dos outros: algumas reflexões sobre cidadania e corrupção no Brasil. Fortaleza, Neps/UFC, 1994 (Cadernos de Ciências Sociais, 25).

Gunn, Philip. *O enigma cearense de sucesso: o (P)rojeto (T)ucano dos empresários*. São Paulo, 1993. mimeog.

Haguette, André. A educação nos governos social-democratas no Ceará. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Caen/UFC, 1993.

Instituto de Estudos da Cidadania (Idec). Transcrição das apresentações e debates ocorridos no Seminário Crise e Crescimento. Recife, PE, 1992.

Iplance. *A evolução do PIB do Ceará em 1992: estimativa preliminar*. Fortaleza, 1993a.

———. *Indicadores econômicos e sociais do Ceará: estimativa preliminar*. Fortaleza, 1993b.

Laclau, Ernesto. Para uma teoria do populismo. In: *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Martin, Isabela. *Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1978-1986)*. Fortaleza, Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993.

Meneleu Neto, José. Política de emprego e evolução do mercado de trabalho em Fortaleza: 1986-1993. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público do Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Ceac/UFC, 1993.

Mota, Aroldo. *História política do Ceará — 1987-1990*. Fortaleza, Multigraf, 1992.

Oliveira, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

———. O PT dos empresários: anacronismo ou modernidade do grupo Jereissati. 1993. mimeog.

Parente, Francisco Josénio C. Projetando a hegemonia burguesa: organização e expansão política dos industriais cearenses. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 20/21 (1/2), 1989/90.

———. *A crise de hegemonia e do coronelismo: modernidade e política tradicional rediscutidas a partir do Ceará*. São Paulo, 1993. Projeto de pesquisa, mimeog.

Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Schwartzman, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

Secretaria de Estado do Ceará (Sesa). Avanços da saúde no estado do Ceará a partir de 1987. Trabalho apresentado no Seminário O Ajustamento do Setor Público no Ceará no Contexto do Federalismo Brasileiro. Fortaleza, Ceac/UFC, 1993.

Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

———. *Por que democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1984.